

ENTREVISTA/Winston Fritsch

'Capital estrangeiro pode voltar ao País'

MARIZA LOUVEN

O Brasil tem chances de voltar a receber investimentos diretos estrangeiros, ao menos se depender da conjuntura internacional. A crescente desvalorização do dólar tem provocado a migração de capitais de fora da área da moeda americana, como os japoneses, por exemplo, para as regiões de influência do dólar. Mas o País pode perder esse bonde, alerta o economista Winston Fritsch, do Departamento de Economia da Pontifi-

cia Universidade Católica (PUC), por estar com a sua economia desorganizada.

Ele não considera que a introdução, no texto da nova Constituição, de uma definição mais restritiva sobre o que é empresa de capital estrangeiro tenha impacto sobre estes fluxos de capitais. Acredita, porém, que ainda existe um tipo de nacionalismo no Brasil que acaba levando ao fortalecimento do sistema de cartéis, "clubes de reideiros de capital nacional".

Nesse contexto, a principal vítima é a perda de competitividade.

Winston Fritsch calcula que, se a economia voltar a crescer a um ritmo de 5% a 6% ao ano, o ingresso de investimento direto pode atingir até US\$ 5 bilhões ao ano até o final do século, mantendo uma proporção de apenas 1% do Produto Interno Bruto. E se uma parcela vier por meio de conversão de dívida em capital de risco, será possível diminuir a dívida externa.

O GLOBO — Depois do desinvestimento estrangeiro ocorrido em 1986, de mais de US\$ 100 milhões, houve investimentos diretos superiores a US\$ 480 milhões em 1987. Essa recuperação indica uma tendência?

WINSTON FRITSCH — Enquanto a economia não for colocada em ordem, esses investimentos não voltarão, efetivamente. Mas existem certos determinantes exógenos que podem levar ao que está acontecendo agora, em que a economia está uma bagunça e o investimento está se recuperando. Alguns fatores estão gerando uma onda de investimentos diretos para certos países, entre os quais o Brasil. Isso se explica pela desvalorização do dólar, que leva a uma grande transferência de plantas industriais que estão perdendo competitividade, por estarem fora da área do dólar, para dentro da área do dólar.

O GLOBO — Mas entre os países que disputam esses investimentos o Brasil tem alguma vantagem?

FRITSCH — Os investimentos estão indo para o Brasil, México, Argentina e países asiáticos como Coreia do Sul e Taiwan. Na Coreia e Taiwan é mais complicado, porque eles têm uma tradição protecionista. É pena que ainda não tenhamos colocado a casa em ordem, porque mesmo com essa desorganização da economia, esses fatores estão agindo aqui.

O GLOBO — As alterações já aprovadas para a nova Constituição, em termos de definições do que é ou não empresa nacional, e, principalmente, as restrições feitas ao capital estrangeiro no setor de mineração podem influir para bloquear essa tendência?

FRITSCH — A definição de empresa estrangeira foi razoável e o peso dos investimentos diretos estrangeiros é muito maior no setor manufatureiro do que em mineração. O problema em relação a esses quase-monopólios nacionais que são criados é que não há acompanhamento do Governo que garanta a competitividade. Acabam surgindo, mesmo, conse-

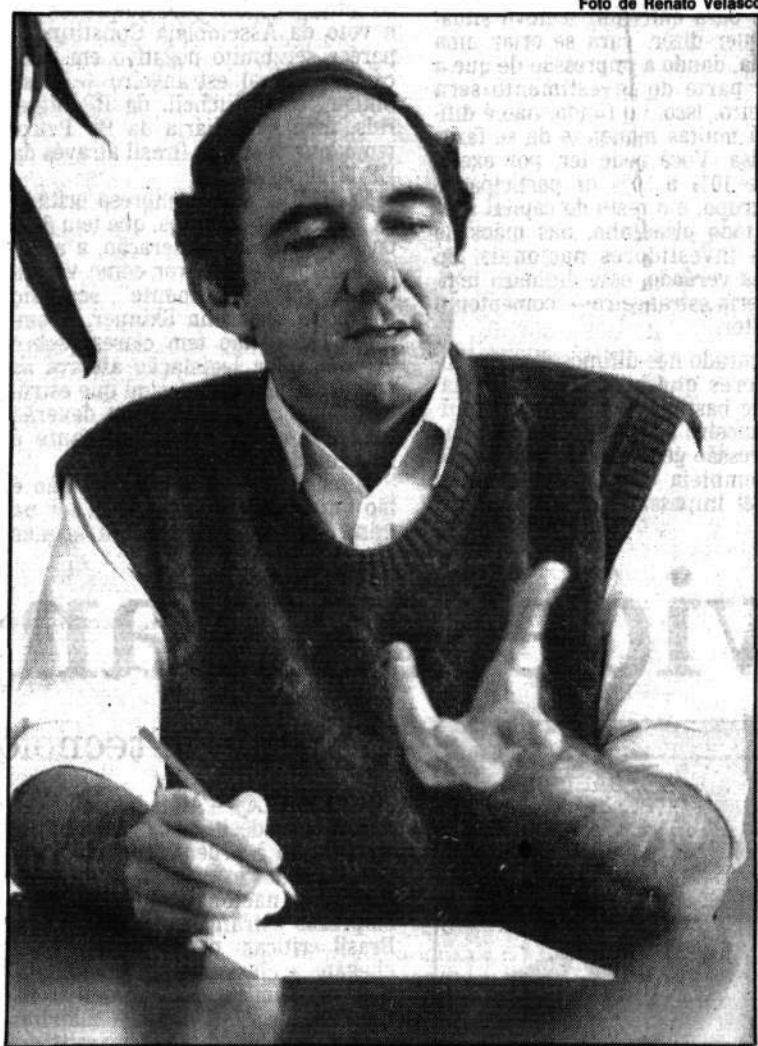


Foto de Renato Velasco

Winston Fritsch confia no realismo da legislação sobre capital externo

“Sem estabilização da economia e retomada do crescimento sustentado, perderemos o bonde”

lhos cartoriais dentro do próprio Governo. Por isso, acho que o capital estrangeiro poderia ser regulado por uma legislação anti-truste, que garantisse a competitividade.

O GLOBO — Em que medida, hoje, a participação do capital estrangeiro poderia favorecer o País?

FRITSCH — O Brasil está numa situação em que é crucial manter um ritmo relativamente alto de exportações. É importante, no entanto, que faça um **up-grading**, que seria uma melhoria dos produtos exportados. Nossa pauta é muito centrada em produtos de menor conteúdo tecnológico. Considero importante ter uma relação soberana, mas que não seja

infantil, em relação ao capital estrangeiro. Se a economia voltar a crescer à média de 5% a 6% ao ano, poderemos chegar ao final do século com investimentos diretos da ordem de US\$ 5 bilhões ao ano, 1% do Produto Interno Bruto que teríamos até lá; a mesma proporção do final da década de 70. Se desses US\$ 5 bilhões anuais, pelo menos três quartos forem conversão de dívida externa, o Brasil poderia estabilizar ou reverter a tendência de crescimento da dívida.

O GLOBO — Mas ainda há muitas resistências ao capital estrangeiro.

FRITSCH — A reação do empresário, em geral, se associa às dores do parto de querer fazer uma economia competitiva no Brasil. Não estou defendendo nem abertura total ou brusca da economia. A virtude está no meio-termo. Mas a reação do empresário é o que explica o conluio entre militares, gente de esquerda e empresários. Essa é uma aliança espúria. Quando se coloca o caráter não-democrático do sistema cartorial em que se enquadra a política industrial brasileira, essa aliança tem que se desfazer. O fim desse cartorialismo é fundamental.

O GLOBO — Isso não ficará mais complicado quando a nova Constituição entrar em vigor?

FRITSCH — Estou otimista em relação a que a legislação sobre o capital estrangeiro acabará sendo realista e será criado um arcabouço institucional que permita ao Governo e aos empresários nacionais agirem de modo a otimizar condições para que o capital estrangeiro seja aplicado no Brasil.

O GLOBO — Mas temos uma situação econômica complicada.

FRITSCH — O drama é justamente a possibilidade de deixarmos de dar um salto tecnológico em função disso. A situação internacional é favorável, mas precisamos estabilizar a economia e retomar o crescimento sustentado, senão perderemos esse bonde.